



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO**

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 6/2007

PROCESSO Nº 00040.001353/2006-54

A Presidência da República, mediante o pregoeiro designado pela Portaria nº 206, de 28 de dezembro de 2006, do Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de janeiro de 2007, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, conforme descrito neste Edital e Anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os Decretos nºs. 3.555, de 8 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 6 de abril de 2001, e 5.450, de 31 de maio de 2005, a IN MARE nº 5, de 21 de julho de 1995, republicada no Diário Oficial da União, de 19 de abril de 1996, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

1 OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a seleção e contratação de empresa especializada, com vistas a **aquisição com instalação de cofres climatizados para hardware com sistema de monitoramento remoto e cofres para mídias e documentos**, conforme especificações constantes do **Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

2 ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1 A sessão pública deste pregão, na forma eletrônica, terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dia e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA: 22/02/2007

HORÁRIO: 9h30.

2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Somente poderão participar deste Pregão, na forma eletrônica, as empresas:

- a) estabelecidas no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e Anexos; e
- b) que estejam devidamente **CADASTRADAS e HABILITADAS PARCIALMENTE** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

3.2 Não poderão participar deste Pregão, na forma eletrônica, as empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- c) inadimplentes em obrigações assumidas com a Presidência da República;
- d) que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição; e
- e) estrangeiras que não funcionem no País.

4 CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br.

4.2 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão, na forma eletrônica.

4.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Presidência da República, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Presidência da República responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.2 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3 A participação no pregão, na forma eletrônica, dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento das Propostas de Preços que ocorrerá a partir **das 9h30 do dia 07/02/2007, até a abertura da sessão pública do pregão, na forma eletrônica, no dia 22/02/2007, horário de Brasília**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

5.4 Para participação no pregão, na forma eletrônica, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre **plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório**.

5.5 O licitante, por ocasião do cadastramento de sua Proposta, no sítio do Sistema Comprasnet, deverá apresentar sua Proposta de forma detalhada, devendo ser utilizado o campo “descrição complementar”, **para a descrição completa do item, sob pena de desclassificação do mesmo.**

5.6 A Proposta de Preços do licitante vencedor contendo a especificação detalhada do objeto ofertado deverá ser formulada com base na **Planilha de Composição de Preços – Anexo II** deste Edital e enviada através do fax **(0xx61) 3321-1530** ou **3411-3425**, após o encerramento da etapa de lances, atualizada em conformidade com os lances eventualmente ofertados, com posterior encaminhamento do original, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contado a partir do encerramento da sessão pública. A proposta deverá conter:

5.6.1 A especificação clara e completa do produto oferecido, indicando inclusive a marca, observada a mesma especificação constante do **item 3 do Termo de Referência – Anexo I**, sem conter alternativas de preços, ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

5.6.2 Os preços unitário e total do(s) item(ns) cotados, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

5.6.3 O prazo de validade de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6.4 A entrega dos equipamentos não inferior ao prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho.

5.6.5 A declaração expressa de estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

5.6.6 A razão social, o CNPJ, a referência ao número do Edital do Pregão, na forma eletrônica, dia e hora de abertura, o endereço completo, os meios de comunicações disponíveis para contato, como telefone, fax, e-mail, bem como o nome do Banco, o número de sua Conta Corrente e a respectiva Agência onde deseja receber seus créditos.

5.6.7 A declaração de garantia, assistência técnica e substituição por defeitos dos equipamentos, a contar da data do recebimento definitivo, de acordo com o descrito no **item 6.4 do Termo de Referência – Anexo I** deste Edital.

5.6.8 A declaração de que realizará treinamento com fornecimento de material didático, da utilização dos equipamentos em seu local de instalação para até 4 (quatro) servidores, durante o período de realização dos testes de aceitação, sem ônus para a Presidência da República.

5.6.9 O nome e a qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato, ou seja: Nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, estado civil, nacionalidade e profissão, informando, ainda, qual o instrumento que outorga poderes para firmar Contrato (Contrato Social ou Procuração).

5.7 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

5.8 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.9 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

5.10 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.11 A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito cumprimento do objeto deste certame será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

6 RECEPÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A partir das **9h30** do dia **22/02/2007**, data e horário previstos no preâmbulo deste Edital e, em conformidade com o **subitem 5.3**, terá início a sessão pública do **Pregão, na forma eletrônica, Nº 6/2007**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances.

7 FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2 O licitante será imediatamente informado do seu recebimento e valor consignado no registro.

7.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo próprio licitante, podendo este ser superior ao menor registrado no sistema.

7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.6 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1 Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão, na forma eletrônica, será suspensa e reiniciará somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

7.8 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

7.9 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.10 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta.

7.10.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.11 O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão do pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

7.12 No caso de desconexão, cada licitante deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

8 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Na análise da Proposta de Preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.2 Analisada a aceitabilidade do preço obtido, o pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das Propostas de Preços.

8.3 A classificação das propostas será pelo critério de **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM** e levará em consideração para a aceitabilidade da proposta o preço de referência constante do **item 5 do Termo de Referência - Anexo I** deste Edital.

8.4 Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9 HABILITAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta encaminhará à Presidência da República a documentação complementar para habilitação, constante do **subitem 9.2.1**, num prazo máximo de **2 (duas) horas**, contado do encerramento da etapa de lances, pelo **fax(0xx61) 3321-1530** ou **3411-3425**, e num prazo de **2 (dois) dias úteis**, remeterá os documentos originais, juntamente com a proposta a que se refere o **subitem 5.6** deste Edital, à Presidência da República, Palácio do Planalto, Anexo II, Ala "A", Sala 102, Praça dos Três Poderes, Brasília/DF, CEP: 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, com os seguintes dizeres em sua parte externa e frontal:

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
DIRETORIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2007
RAZÃO SOCIAL E CNPJ
(Proposta Comercial e Documentação de Habilitação)

9.2 Toda a documentação exigida deverá ser apresentada por uma das seguintes formas:

- a)** em original;
- b)** por qualquer processo de cópia, exceto por fax, autenticada por Servidor da Administração, devidamente qualificado ou por Cartório competente; ou
- c)** publicação em órgão da Imprensa Oficial.

9.2.1 Deverá constar do envelope a seguinte documentação complementar ao SICAF:

a) declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, e Instrução Normativa MARE nº 5/95, republicada no Diário Oficial da União, de 19 de abril de 1996, nos termos do modelo constante no **Anexo III** deste Edital;

b) declaração de inexistência em seu quadro de pessoal de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição, nos termos do modelo constante no **Anexo IV** deste Edital;

c) comprovação do Patrimônio Líquido, quando for o caso, para efeito de comprovação da boa situação financeira, quando o licitante apresentar em seu balanço, resultado igual ou menor do que 1 (um) em quaisquer dos índices abaixo explicitados:

c.1) Índice de Liquidez Geral (LG), onde:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

c.2) Índice de Solvência Geral (SG), onde:

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

c.3) Índice de Liquidez Corrente (LC), onde:

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

d) o licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um), em quaisquer dos índices referidos na letra “c” do **subitem 9.2.1** deste Edital, fica obrigado a comprovar, na data de apresentação da documentação a que se refere o **subitem 9.1** deste Edital, **Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do(s) item(ns) cotado(s)**.

10 IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.

10.1.1 A apresentação de impugnação contra o presente Edital deverá ser protocolada, de segunda a sexta-feira, das 9h00 às 12h00 ou das 14h00 às 17h00, na Assessoria de Técnica de Licitação, situada na sala 102, do Anexo II, Ala “A”, ao Palácio do Planalto, nesta Capital.

10.1.2 Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

10.1.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11 RECURSOS

11.1 Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao pregoeiro por meio eletrônico, em campo próprio, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor do certame de que trata este Edital.

11.2 Será concedido ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso.

11.3 Os demais licitantes ficam, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Assessoria Técnica de Licitação/COLIC, Anexo II, Ala "A" ao Palácio do Planalto, Sala 102, em Brasília – DF, nos dias úteis no horário de 9h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h00. Não serão reconhecidos os recursos interpostos enviados por fax ou com os respectivos prazos legais vencidos.

12 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 O recurso necessário ao atendimento da despesa correrá à conta do **Programa de Trabalho: 04.122.0750.2000.0001 - Natureza de Despesa – ND: 4490.52.**

13 AUMENTO E SUPRESSÃO DE QUANTIDADE

13.1 No interesse da Presidência da República o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do produto, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14 LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

14.1 Os equipamentos deverão ser entregues de acordo com as especificações do **item 3 do Termo de Referência – Anexo I**, no almoxarifado da Coordenação de Patrimônio e Suprimento-COPAT, situada na Avenida N-2 Norte, Palácio do Planalto, Brasília-DF.

14.2 O prazo para entrega definitiva dos equipamentos é de **120 (cento e vinte) dias** a contar da data de assinatura do contrato e recebimento da nota de empenho. Na ocasião da entrega dos equipamentos será realizado o recebimento provisório.

14.3 A partir da data do recebimento provisório, o licitante vencedor terá o prazo de **30 (trinta) dias** para realizar os serviços de instalação e integração dos equipamentos adquiridos à infra-estrutura existente, conforme especificações do **item 3 do Termo de Referência – Anexo I** deste edital.

14.4 A partir da data da entrega dos equipamentos devidamente instalados, haverá um **período de testes de aceitação de até 30 (trinta) dias**, no qual a Presidência da República realizará testes e inspeções de conformidade visando o recebimento definitivo dos equipamentos e serviços citados no **item 3 do Termo de Referência – Anexo I** deste edital.

15 GARANTIA, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO

15.1 Garantia: cobrirá a reposição de material e mão de obra pelo período não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus para a Presidência da República.

15.1.1 Deverá manter condições de fornecer equipamentos adicionais com as mesmas características técnicas e compatíveis com os já fornecidos, e suas possíveis atualizações técnicas, mediante solicitação da Presidência da República, por um prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do recebimento definitivo.

15.2 Instalação: deverá realizar a instalação dos equipamentos e sistemas fornecidos, de acordo com as orientações da Presidência da República, integrando-os à infra-estrutura existente.

15.2.1 Após a instalação, deverá fornecer todos os manuais, guias, outras documentações e *softwares* referentes aos equipamentos e sistemas fornecidos.

15.3 Treinamento: deverá realizar treinamento, sem ônus, com fornecimento de material didático, da utilização dos equipamentos em seu local de instalação para até 04 (quatro) servidores indicados pela Presidência da República, durante o período de realização dos testes de aceitação.

15.4 Suporte Técnico: compreenderá a manutenção preventiva, corretiva e assistência ao usuário pelo prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo sem ônus para a Presidência da República.

15.4.1 Havendo necessidade de manutenção preventiva, o término do reparo não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da comunicação do defeito pela Presidência da República.

15.4.2 Ocorrendo o descumprimento no prazo previsto para a manutenção preventiva, **previsto no subitem anterior**, deverá ser providenciado imediatamente, pelo licitante vencedor, a substituição por equipamento ou sistema equivalente que permita ao SISC a continuação dos seus trabalhos com o mesmo grau de funcionalidade.

15.4.3 Tal substituição deverá ter caráter temporário e ser desfeita logo após o término do reparo, salvo acordo explícito entre as partes, que deverá ser devidamente documentado.

16 RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1 Caberá ao licitante vencedor:

16.1.1 Entregar os equipamentos, em acondicionamento novo e lacrado, de acordo com as especificações contidas neste Edital e Anexos, na Coordenação de Patrimônio e Suprimento/COPAT da Presidência da República, situada na Avenida N-2 Norte, Palácio do Planalto, Brasília-DF, em horário comercial de 8h00 às 12h00 e 14h00 às 18h00, Tel (61) 3411-2669/2635, pelo **prazo definitivo de até 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de assinatura do contrato ou recebimento da Nota de Empenho.

16.1.2 Entregar os itens licitados, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Presidência da República.

16.1.2.1 Somente serão permitidos equipamentos novos e compatíveis com os especificados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, equipamentos defeituosos, fora do padrão ou de qualidades duvidosas.

16.1.3 Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e Contrato.

16.1.4 Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente à Presidência da República ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

16.1.5 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das, atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da Presidência da República.

16.1.6 Prestar esclarecimentos à Presidência da República sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

16.1.7 Zelar pela perfeita execução da **garantia, instalação, treinamento e suporte técnico** durante os prazos de vigência estabelecidos.

16.1.8 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital e contrato;

16.1.9 Prestar informações técnicas sobre o funcionamento dos equipamentos e sistemas fornecidos;

16.2 Caberá à Presidência da República:

16.2.1 Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução das aquisições desejadas.

16.2.2 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor com relação ao objeto desta licitação.

16.2.3 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

16.2.4 Assegurar-se da boa qualidade dos equipamentos e dos prazos de fornecimento estabelecidos neste Edital.

16.2.5 Rejeitar os equipamentos em desacordo com as especificações do objeto licitado.

16.2.6 Prestar o apoio de engenharia local para o esclarecimento de detalhes técnicos necessários à instalação dos equipamentos e sistemas.

16.2.7 Documentar as ocorrências havidas

17 CONDIÇÕES CONTRATUAIS

17.1 Findo o processo licitatório, o licitante vencedor e a Presidência da República celebrarão contrato de fornecimento e garantia para os equipamentos, constantes do objeto deste certame nos moldes da minuta de Contrato constante do **Anexo V** deste edital.

17.2 Caberá ao licitante vencedor antes da celebração do contrato, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis após regularmente convocado:

17.2.1 Apresentar à Diretoria de Recursos Logísticos da Presidência da República, por escrito, para fins de credenciamento junto a Assessoria de Segurança da Presidência da República: relação nominal de todos os empregados e dirigentes da empresa que terão acesso ao local onde será feita a instalação dos equipamentos, contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações: nome completo, endereço, cópia da carteira de identidade, cópia da carteira de trabalho comprovando o vínculo empregatício dos empregados, 2 (duas) fotos 3 x 4, placas dos veículos que serão utilizados e preencher o respectivo formulário de credenciamento junto à Assessoria de Segurança da Presidência da República, dando-se conhecimento igualmente, das alterações porventura advindas com eventuais substituições, exclusões ou inclusões.

17.3 Se o licitante vencedor, não comparecer dentro do prazo de 5 (cinco) dias, após regularmente convocado, para receber a Nota de Empenho e assinar o Contrato, ensejar-se-á a aplicação da multa prevista na **letra "a"** do **subitem 22.1** deste Edital.

17.3.1 Em caso de o licitante vencedor, não assinar o Contrato e não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, será aplicado o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, independente das sanções previstas neste Edital.

17.4 Até a assinatura do Contrato, a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada se a Presidência da República tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento.

17.5 Ocorrendo a desclassificação da proposta do licitante vencedor por fatos referidos no **subitem anterior**, a Presidência da República poderá convocar os licitantes remanescentes observando o disposto no **subitem 17.3.1** deste Edital.

17.6 O Contrato a ser firmado em decorrência deste Pregão, na forma eletrônica, poderá ser rescindido a qualquer tempo independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

17.7 Por descumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela participação no processo licitatório, poderão ser aplicadas ao licitante vencedor as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e no Contrato a ser firmado entre as partes.

17.7 É vedada a subcontratação relativa ao fornecimento dos equipamentos constantes do Termo de Referência.

17.8 A associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, com o consentimento prévio e por escrito da Presidência da República, e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

18 VIGÊNCIA DO CONTRATO

18.1 O Contrato para a entrega definitiva dos equipamentos, objeto deste Pregão, na forma eletrônica, terá duração de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua assinatura, acrescido do prazo de garantia, instalação, treinamento e suporte técnico exigidos no **item 15** deste Edital, contados a partir da data de entrega definitiva dos respectivos itens.

19 FISCALIZAÇÃO

19.1 A Presidência da República nomeará um Gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização do Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada ao licitante vencedor, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

19.2 As exigências e a atuação da fiscalização pela Presidência da República em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva do licitante vencedor no que concerne à execução do objeto contratado.

20 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1 Os pagamentos serão creditados em nome do licitante vencedor, mediante ordem bancária em conta corrente por ele indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital, após cada fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante apresentação, aceitação e atesto do Gestor do Contrato nos documentos hábeis de cobrança.

20.1.1 Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, serão realizados desde que o licitante vencedor efetue cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

20.1.2 Para execução dos pagamentos de que tratam os **subitens 20.1 e 20.1.1**, o licitante vencedor deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Secretaria de Administração da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o nome do Banco, o número de sua Conta Bancária e a respectiva Agência.

20.1.3 Caso o licitante vencedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

20.1.4 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pelo licitante vencedor, diretamente ao Gestor do Contrato, que atestará e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pelo mesmo, todas as condições pactuadas.

20.2 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Presidência da República.

20.3 No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido do licitante vencedor, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida nos **subitens 20.1 e 20.1.1**, até a data do efetivo pagamento, pelo **IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo**, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + \text{IPCA}/100)^{N/30} - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

IPCA = Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

AF = Atualização financeira;

VP = Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste; e

N = Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

20.4 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos ao Adjudicatário, para as correções solicitadas, não respondendo a Presidência da República por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

20.5 Os pagamentos só serão realizados após a comprovação de regularidade do licitante vencedor junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela Presidência da República, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

20.6 Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à Presidência da República, por meio de Carta, ficando sob inteira responsabilidade do licitante vencedor os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

20.7 Os pagamentos efetuados pela Presidência da República não isentam o licitante vencedor de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

21 REAJUSTE

21.1 O preço proposto não será reajustado durante o período de fornecimento, na forma do § 1º do art. 28 da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, salvo se vier a ser autorizado de acordo com o § 5º do citado dispositivo legal.

22 SANÇÕES

22.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante vencedor, sem justificativa aceita pela Presidência da República, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

a) multa compensatória de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da contratação, devidamente atualizado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, na hipótese de recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, no prazo de 5 (cinco) dias, após regularmente convocado;

b) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), por dia de atraso no fornecimento dos produtos, a ser calculada sobre o valor da parcela que der causa, até o limite de 30 (trinta) dias, caracterizando inexecução parcial;

c) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo; e

d) advertência.

22.2 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização do licitante vencedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

22.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Presidência da República.

22.4 O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente na Presidência da República, em favor do licitante vencedor, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

22.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Recursos Logísticos da Presidência da República, devidamente justificado.

22.6 O licitante que convocado no prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega produto licitado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22.7 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

22.8 As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.9 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa.

23 DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 A Presidência da República poderá rescindir de pleno direito o contrato que vier a ser assinado em decorrência desta licitação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que motivado o ato e assegurados ao licitante vencedor o contraditório e a ampla defesa quando este:

- a)** venha a ser atingido por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;
- b)** for envolvido em escândalo público e notório;
- c)** quebrar o sigilo profissional;
- d)** utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e as quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as condições estabelecidas pela Presidência da República; e
- e)** na hipótese de ser anulada a adjudicação em virtude de qualquer dispositivo legal que a autorize.

23.2 A Presidência da República poderá por despacho fundamentado do Diretor de Recursos Logísticos e até a assinatura do contrato, excluir qualquer licitante, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, sem que a este assista o direito de reclamar indenização ou ressarcimento, se chegar ao seu conhecimento, em qualquer fase do processo licitatório, fato ou circunstância que desabone a idoneidade do licitante.

23.3 A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado.

23.3.1 A nulidade do procedimento licitatório induz à do Contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

23.4 A Presidência da República providenciará a publicação resumida do contrato a ser firmado, em decorrência desta licitação, no Diário Oficial da União, no prazo estipulado no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

23.5 Havendo indícios de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, a Presidência da República comunicará os fatos verificados à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e ao Ministério Público Federal, para as providências devidas.

23.6 É facultada ao pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos enviados via fax, na forma do **item 9** deste Edital.

23.7 Fica assegurado à Presidência da República o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

23.8 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Presidência da República não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.9 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

23.10 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

23.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Casa Civil da Presidência da República.

23.12 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste Pregão, na forma eletrônica.

23.13 As normas que disciplinam este Pregão, na forma eletrônica serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

23.14 As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.15 Este Edital será fornecido pela Presidência da República a qualquer interessado, no Protocolo da Presidência da República, situado na Portaria Principal dos Anexos ao Palácio do Planalto, nesta Capital, devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de **R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos)**, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Secretaria de Administração/PR, a ser emitida por meio do site www.stn.fazenda.gov.br, **Unidade Favorecida: 110001 – Gestão: 00001, Código de Recolhimento nº 28875-6** e gratuito na internet através dos sites www.comprasnet.gov.br e www.presidencia.gov.br/licitacoes.

23.16 Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I** - Termo de Referência.
- b) Anexo II** - Planilha de Composição de Preços.
- c) Anexo III** - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente.
- d) Anexo IV** - Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador.
- e) Anexo V** - Minuta de Contrato.

23.17 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço eletrônico cpl@planalto.gov.br.

23.18 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.

23.19 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nºs. 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000, 3.784, de 06 de abril de 2001, e 5.450, de 31 de maio de 2005, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

Brasília-DF, 7 de fevereiro de 2007.

GUSTAVO MENDES DA SILVA NETTO
Pregoeiro - Casa Civil/PR

ANEXO I
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 6/2007
PROCESSO Nº 00040.001353/2006-54
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Aquisição com instalação de cofres climatizados para *hardware* com sistema de monitoramento remoto e cofres para mídias e documentos, a fim de atender as necessidades do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC).

2. JUSTIFICATIVA:

Os equipamentos solicitados irão compor um Ambiente Seguro, que terá a finalidade de abrigar recursos computacionais, mídias e documentos necessários ao funcionamento do Sistema de Segurança e Credenciamento (SISC), de pessoas e empresas, no trato de assuntos, documentos e tecnologia sigilosos, competência do DSIC de acordo com o descrito no Decreto nº. 5.772, de 8 de maio de 2006.

Desta forma esse Ambiente Seguro, com os seus equipamentos e sistemas de proteção e monitoramento, deverá prover proteção contra incêndio, água, fumaça, gases, magnetismo, poeira, furto, roubo, explosão, falta de climatização, acesso indevido (intrusão), queda de energia e vandalismo aos recursos computacionais, dados em mídias e documentos armazenados do SISC, em conformidade com normas de segurança ABNT.

Tal necessidade de proteção decorre de exigências contidas em tratados, acordos e atos, nacionais e internacionais, relacionados à Segurança da Informação e Comunicações de interesse do Governo Brasileiro.

REFERÊNCIAS:

- **Norma NBR 17799** – Código de Prática de Gestão da Segurança da Informação;
- **Norma NBR 15247** – Unidades de Armazenagem Segura – Salas-Cofre e Cofres para Hardware – Classificação e métodos de ensaio de resistência ao fogo;
- **Norma NBR 11515** – Critérios de segurança física relativos ao armazenamento de dados;
- **Norma ANSI/TIA/EIA-310D** - *Racks, Panels, and Associated Equipment*.

3. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS:

3.1 Cofre climatizado para *hardware* com sistema de monitoramento remoto

Cofre modular para armazenamento de servidores e equipamentos de rede com portas frontal e traseira de acesso aos equipamentos, sistema de refrigeração independente e redundante e sistema de monitoramento e alarme de condições ambientais. Tem por finalidade prover

proteção, em conformidade com a Norma NBR 17799, aos recursos computacionais do SISC contra: Água, fumaça, gases corrosivos, poeira, magnetismo, furto, roubo, falta de climatização, acesso indevido (intrusão), vandalismo, arrombamento e fogo por 60 (sessenta) minutos, conforme o descrito para a classe de proteção C 60 D segundo a Norma NBR 15247.

Deve ter construção modular de forma a possibilitar ampliação e desmontagem para transporte. A porta de acesso (frontal) deve ser dotada de fecho eletrônico que possibilite a instalação de sistema de controle de acesso eletrônico, com alternativa de acionamento (*by-pass*) mecânico através de chave. Deve possuir passagem de cabos cuja composição garanta a vedação dos elementos de infra-estrutura (cabos e tubulações) e permita o remanejamento de cabos sempre que necessário.

Deve ser dotado de uma estrutura tipo *Rack* autoportante de 19 (dezenove) polegadas com dois planos (frontal e traseiro) para suporte e fixação dos equipamentos, compatível com a norma ANSI/TIA/EIA-310D, com altura de, pelo menos, 42 (quarenta e dois) U e profundidade de, pelo menos, 34 (trinta e quatro) polegadas (padrão 29HE).

O Sistema de climatização (ar condicionado) tem por finalidade manter a temperatura no interior do cofre em níveis operacionais --- 25 (vinte e cinco) C, com oscilações máximas de 5 (cinco) C --- para os recursos computacionais armazenados no cofre. Deve ser redundante (1+1), tipo *split outdoor*, ter capacidade de refrigeração de, pelo menos, 17.500 (dezessete mil e quinhentos) Btu/h ou 5 (cinco) kW e ser composto por unidades evaporadoras internas ao cofre para *hardware* e condensadoras externas ao Ambiente, interligadas por tubulação isolada termicamente com distância máxima de 10 (dez) metros entre as unidades.

O Sistema de monitoramento remoto (via rede de dados IP) e de alarme de condições ambientais do cofre tem por finalidade monitorar e detectar condições ambientais que possam colocar em risco a integridade dos recursos computacionais armazenados ou afetar de forma negativa a operação dos sistemas e alertar os administradores do sistema quando tais condições ocorrerem.

Deve permitir o monitoramento do cofre à distância, pela transmissão de valores e alarmes, bem como a sua configuração e geração de relatórios através de uma estação de trabalho (não inclusa). O *software* de gerenciamento, se necessário, deverá ser fornecido junto com o sistema e ser compatível com a plataforma *IBM/PC – MS Windows*.

Este sistema deve: Aceitar a instalação de sensores de diversos tipos, sendo fornecido com, pelo menos, sensores (entradas analógicas) de temperatura e umidade e detectores (entradas digitais) de presença, incêndio ou fumaça, água, estado da porta e queda de energia elétrica, com possibilidade de ampliação através de entradas de sensoriamento digital e analógico; Ser capaz de funcionar ininterruptamente (24x7).

3.2 Cofre para mídias e documentos

Cofre para guarda e proteção de mídias e documentos, mobiliado com prateleiras e gavetas internas, com capacidade interna de armazenamento de, pelo menos, 550 (quinhentos e cinquenta) litros.

Deve prover proteção aos documentos e dados em mídia armazenados contra água, fumaça, gases, magnetismo, poeira, furto, roubo, explosão, acesso indevido (intrusão), vandalismo, arrombamento e fogo por, pelo menos, 60 (sessenta) minutos, conforme o descrito para a classe de proteção C 60 D segundo a Norma NBR 15247.

Sua porta de acesso (frontal) deve ser dotada de fecho eletrônico que possibilite a instalação de sistema de controle de acesso eletrônico, com alternativa de acionamento (by-pass) mecânico através de chave.

4. LOCAL E PRAZOS

4.1 Os materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência no almoxarifado da Coordenação de Patrimônio e Suprimento, situada na Avenida N-2 Norte, Palácio do Planalto, Brasília, DF.

4.2 O prazo para entrega dos equipamentos é de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de assinatura do contrato ou efetivação do pedido. Na ocasião da entrega dos equipamentos será realizado o recebimento provisório.

4.3 A partir da data do recebimento provisório, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar os serviços de instalação e integração dos equipamentos adquiridos à infra-estrutura existente, conforme especificado neste Termo.

4.4 A partir da data da entrega dos equipamentos devidamente instalados, haverá um período de testes de aceitação de até 30 (trinta) dias, no qual a contratante realizará testes e inspeções de conformidade visando o recebimento definitivo dos equipamentos e serviços citados neste Termo.

5. VALOR ESTIMADO:

5.1 O custo estimado dos equipamentos, conforme as Especificações Técnicas, está descrito na Tabela 1.

Item	Especificação	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Cofre climatizado para <i>hardware</i> com sistema de monitoramento remoto	02 (dois)	202.900,00	405.800,00
2	Cofre para mídias e documentos	02 (dois)	59.114,00	118.228,00

	Total			524.028,00
--	-------	--	--	------------

5.2 O valor total estimado da aquisição é de R\$ 524.028,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e vinte e oito reais).

6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

6.1 Habilitação Técnica

O licitante deverá fornecer comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado no qual se comprove o fornecimento de bens ou a execução obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos constantes do objeto deste Termo.

6.2 Instalação

A contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos e sistemas fornecidos, de acordo com as orientações da contratante, integrando-os à infra-estrutura existente. Ao término da instalação, a contratada deverá entregar todos os manuais, guias, outras documentações e *softwares* referentes aos equipamentos e sistemas fornecidos.

6.3 Treinamento

A contratada deverá realizar treinamento com fornecimento de material didático, da utilização dos equipamentos em seu local de instalação para até 04 (quatro) servidores indicados pela contratante, durante o período de realização dos testes de aceitação, sem ônus para a contratante.

6.4 Garantia e Suporte Técnico

A garantia cobrirá a reposição de material e mão de obra pelo não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus para a contratante.

O suporte técnico compreenderá a manutenção preventiva, corretiva e assistência ao usuário pelo prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo sem ônus para a contratante.

No caso de necessidade de manutenção preventiva, o término do reparo não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da comunicação do defeito. Caso contrário deverá ser providenciado imediatamente, pela Contratada, a substituição por equipamento ou sistema equivalente que permita ao SISC a continuação dos seus trabalhos com o mesmo grau de funcionalidade. Tal substituição deverá ter caráter temporário e ser desfeita logo após o término do reparo, salvo acordo explícito entre as partes, que deverá ser devidamente documentado.

6.6 Garantia Técnica

A contratada deverá manter condições de fornecer equipamentos adicionais com as mesmas características técnicas e compatíveis com os já fornecidos, e suas possíveis atualizações técnicas, mediante solicitação da contratante, por um prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do recebimento definitivo.

7. Responsabilidades:

Além das responsabilidades resultantes do contrato, e da legislação aplicável:

7.1 Caberá à Contratada:

a. Responder por danos causados diretamente à Secretaria de Administração da PR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços e ou reparos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da Secretaria de Administração da Presidência da República;

b. Zelar pela perfeita execução da garantia, suporte técnico e garantia técnica durante os prazos de vigência estabelecidos;

c. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

d. Prestar informações técnicas sobre o funcionamento dos equipamentos e sistemas fornecidos;

e. Não veicular qualquer forma de publicidade sobre o fornecimento de equipamentos e sistemas à Presidência da República.

7.2 Caberá à contratante:

a. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

b. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

c. Prestar o apoio de engenharia local para o esclarecimento de detalhes técnicos necessários à instalação dos equipamentos e sistemas;

d. Documentar as ocorrências havidas.

Brasília, 03 de janeiro de 2007.

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR
Diretor do Departamento de Segurança da

ANEXO II

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 6/2007

PROCESSO Nº 00040.001353/2006-54

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cofre climatizado para hardware com sistema de monitoramento remoto	un	2		
2	Cofre para mídias e documentos	un	2		

Outras informações

- a) O prazo de validade de () dias, a contar da data de sua apresentação.
- b) O prazo de entrega do material de (.....) dias a contar da data de retirada da Nota de Empenho e assinatura do Contrato.
- c) O prazo de garantia de.....(.....) a contar da data do recebimento definitivo.
- d) Declaro expressamente estarem incluídos nos preços cotados todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

e) DADOS DA EMPRESA:

EMPRESA/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CEP:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

TELEFONE:

FAX:

BANCO:

AGÊNCIA:

E-MAIL

RESPONSÁVEL:

RG:

CPF:

_____, ____ de _____ de 2007

(Nome completo do declarante)

(Nº da CI do declarante)

(Assinatura do declarante)

ANEXO III

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 6/2007

PROCESSO Nº 00040.001353/2006-54

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

_____, CNPJ nº _____,
(Nome da Empresa)

sediada à _____,
(Endereço Completo)

declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2007.

(Nome completo do declarante)

(Nº da CI do declarante)

(Assinatura do declarante)

ANEXO IV

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 6/2007

PROCESSO Nº 00040.001353/2006-54

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR

_____, CNPJ nº _____,
(Nome da Empresa)

sediada à _____,
(Endereço Completo)

por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____,

portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos na condição de aprendiz.

a) Sim ()

b) Não ()

_____, ____ de _____ de 2007.

(Nome completo do declarante)

(Assinatura do declarante)

ANEXO V

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 6/2007

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE AQUISIÇÃO COFRES CLIMATIZADOS PARA HARDWARE QUE, ENTRE SI, FAZEM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, E A EMPRESA
.....

PROCESSO Nº 00040.001353/2006-54

CONTRATO Nº /2007.

A UNIÃO, por intermédio da Presidência da República, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, neste ato representada pelo Diretor de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração, Senhor LENILDO DIAS DE MORAIS, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, CPF nº 345.123.814-49, de acordo com a competência prevista no art. 1º da Portaria nº 646, de 8/11/2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 9/11/2006, doravante designada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa, CNPJ nº/.....-..., com sede, telefone nº (...) / fax nº (...), neste ato representada pelo seu, Senhor,, portador da Carteira de Identidade nº – SSP/.... e do CPF nº-....., doravante designada simplesmente CONTRATADA, têm, entre si, acordado os termos deste Contrato, objeto do Pregão nº 006/2007 consoante consta do Processo nº 00040.001353/2006-54, sujeitando-se as partes integralmente à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, o Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, o Decreto 3.784, de 06 de abril de 2001, e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a aquisição, com instalação, de cofres climatizados para *hardware* com sistema de monitoramento remoto e cofres para mídias e documentos, relacionadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

Subcláusula Única – Vinculam-se ao presente Contrato o Edital do Pregão nº 0006/2007, bem como a proposta da **CONTRATADA**, os quais se constituem parte integrante deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - São obrigações da **CONTRATADA**, além de outras assumidas neste Contrato:

1) Entregar os equipamentos, de acordo com as especificações contidas no Edital e Anexos, na Coordenação de Patrimônio e Suprimento/COPAT da Presidência da República, situada na Avenida N-2 Norte, Palácio do Planalto, Brasília-DF, em horário comercial de 8h00 às 12h00 e 14h00 às 18h00, Tel (61) 3411-2669/2635, pelo **prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de assinatura do contrato ou recebimento da Nota de empenho.

1.1) A partir da data do recebimento provisório, a **CONTRATADA** terá o prazo de **30 (trinta) dias** para realizar os serviços de instalação e integração dos equipamentos adquiridos à infra-estrutura existente, conforme especificações do **item 3 do Termo de Referência – Anexo I** deste contrato.

1.2) A partir da data da entrega dos equipamentos devidamente instalados, haverá um **período de testes de aceitação de até 30 (trinta) dias**, no qual a **CONTRATANTE** realizará testes e inspeções de conformidade visando o recebimento definitivo dos equipamentos e serviços citados no **item 3 do Termo de Referência – Anexo I** deste contrato.

2) Entregar os itens licitados, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da Presidência da República.

2.1) Somente serão permitidos equipamentos novos e compatíveis com os especificados, não se admitindo, sob qualquer hipótese, equipamentos defeituosos, fora do padrão ou de qualidades duvidosas

3) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e Contrato.

4) Responder por danos materiais, ou físicos, causados por seus empregados diretamente à Presidência da República ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

5) Prestar esclarecimento à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

6) Prestar informações técnicas sobre o funcionamento dos equipamentos e sistemas fornecidos.

7) Comprometer-se a não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.

8) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Contrato, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**.

9) Manter, durante toda a execução deste Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão nº 006/2007.

10) Zelar pela perfeita execução da **garantia, instalação, treinamento e suporte técnico** durante os prazos de vigência estabelecidos.

11) Acatar todas as orientações do gestor deste Contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

Subcláusula Única – A associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE** e desde que não afetem a boa execução deste Contrato.

II - São obrigações da **CONTRATANTE**, além de outras assumidas neste Contrato:

- 1) Proporcionará todas as facilidades necessárias à boa execução das aquisições desejadas.
- 5) Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA** com relação ao objeto deste Contrato.
- 6) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- 7) Assegurar-se da boa qualidade dos equipamentos e dos prazos de fornecimento estabelecidos pela **CONTRATANTE**.
- 8) Rejeitar os equipamentos em desacordo com as especificações do objeto.
- 9) Prestar o apoio de engenharia local para o esclarecimento de detalhes técnicos necessários à instalação dos equipamentos e sistemas.
- 10) Documentar as ocorrências havidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

A **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto, para executar a fiscalização deste Contrato, que registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Subcláusula Única - A existência e atuação da fiscalização pela **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne a execução do objeto ora contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E PAGAMENTO

O pagamento será creditado em nome da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato, após a entrega/instalação dos equipamentos no **prazo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento da parcela, mediante apresentação, aceitação e atesto pelo gestor deste Contrato nos documentos hábeis de cobrança. O valor a ser pago será o resultado da multiplicação da quantidade fornecida pelo seu valor unitário, a saber:

Item	Especificação	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Cofre climatizado para <i>hardware</i> com sistema de monitoramento remoto	02	R\$	R\$
2	Cofre para mídias e documentos	02	R\$	R\$
	Total			R\$

Subcláusula Primeira - Para execução do pagamento de que trata esta Cláusula, a **CONTRATADA** deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível, em nome da Secretaria de Administração da **CONTRATANTE**, CNPJ nº 00.394.411/0001-09, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e da Agência.

Subcláusula Segunda – Caso a **CONTRATADA** seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –

SIMPLES, deverá apresentar a nota fiscal, com a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Subcláusula Terceira - A nota fiscal correspondente deverá ser entregue, pela **CONTRATADA**, diretamente ao gestor deste Contrato, que somente atestará o fornecimento e liberará para pagamento, quando cumpridas, todas as condições pactuadas.

Subcláusula Quarta - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida à **CONTRATADA**, pelo gestor deste Contrato e o pagamento ficará pendente até que sejam providenciadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Quinta – No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da **CONTRATADA**, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida nesta Cláusula, até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)^{N/30} - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

IPCA = Percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

AF = Atualização financeira;

VP = Valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste;

N = Número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento.

Subcláusula Sexta – Os pagamentos só serão realizados após a comprovação da regularidade da **CONTRATADA** junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela **CONTRATANTE** ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Rec. Fed., Dív.União, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

Subcláusula Sétima - Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à **CONTRATANTE**, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

Subcláusula Oitava - Os pagamentos efetuados pela **CONTRATANTE** não isentam a **CONTRATADA** de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE

O preço proposto não será reajustado durante o período de fornecimento, na forma do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de julho de 1995, salvo se vier a ser autorizado de acordo com o § 5º do citado dispositivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA, INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO DOS EQUIPAMENTOS

A **CONTRATADA** garantirá o equipamento pelo prazo de xxxx contados a partir da data do recebimento definitivo, conforme proposta apresentada. A garantia cobrirá a reposição de material e mão de obra.

Subcláusula Primeira - A **CONTRATADA** deverá manter condições de fornecer equipamentos adicionais com as mesmas características técnicas e compatíveis com os já fornecidos, e suas possíveis atualizações técnicas, mediante solicitação da **CONTRATANTE**, por um prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do recebimento definitivo.

Subcláusula Segunda - A **CONTRATADA** deverá realizar a instalação dos equipamentos e sistemas fornecidos, de acordo com as orientações da **CONTRATANTE**, integrando-os à infraestrutura existente.

Subcláusula Terceira - Após a instalação, a **CONTRATADA** deverá fornecer todos os manuais, guias, outras documentações e *softwares* referentes aos equipamentos e sistemas fornecidos.

Subcláusula Quarta - A **CONTRATADA** deverá realizar treinamento, sem ônus, com fornecimento de material didático, da utilização dos equipamentos em seu local de instalação para até 04 (quatro) servidores indicados pela **CONTRATANTE**, durante o período de realização dos testes de aceitação.

Subcláusula Quinta - O suporte técnico compreenderá a manutenção preventiva, corretiva e assistência ao usuário pelo prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo sem ônus para a **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sexta - Havendo necessidade de manutenção preventiva, o término do reparo não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da comunicação do defeito pela **CONTRATANTE**.

Subcláusula Sétima - Ocorrendo o descumprimento no prazo previsto para a manutenção preventiva, **previsto na subcláusula anterior**, deverá ser providenciado imediatamente, pela **CONTRATADA**, a substituição por equipamento ou sistema equivalente que permita ao SISC a continuação dos seus trabalhos com o mesmo grau de funcionalidade. A substituição deverá ter caráter temporário e ser desfeita logo após o término do reparo, salvo acordo explícito entre as partes, que deverá ser devidamente documentado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

Este Contrato terá duração de **210 (duzentos e dez dias)**, contados a partir da data de sua assinatura, sendo:

- a) 120 dias para entrega;
- b) 30 dias para instalação;
- c) 30 dias para recebimento definitivo, e
- d) 30 dias para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas no valor de **R\$ (.....)**, correrão à conta do Programa de Trabalho: ; Natureza da Despesa 44.90.52.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, as seguintes sanções:

1) multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), por dia de atraso na entrega dos equipamentos, componentes e periféricos de informática e ferramentas, a ser calculada sobre o valor da parcela que der causa, até o limite de 30 (trinta) dias, caracterizando inexecução parcial;

2) multa compensatória no percentual de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total da parcela que der causa, pela inadimplência além do prazo acima, caracterizando inexecução total do mesmo; e

3) advertência.

Subcláusula Primeira – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais perdas e danos causados à Administração.

Subcláusula Segunda – A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela **CONTRATANTE**.

Subcláusula Terceira – O valor da multa poderá ser descontado da nota fiscal ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

Subcláusula Quarta – As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Recursos Logísticos da **CONTRATANTE**, devidamente justificado.

Subcláusula Quinta – A **CONTRATADA** que falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

Subcláusula Sexta – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Subcláusula Sétima – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 77 e 78, na forma do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONTRATANTE** providenciará a publicação resumida do presente instrumento, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado este Contrato que, depois de lido e achado de acordo, é assinado pelas partes contratantes abaixo, dele sendo extraídas as necessárias cópias que terão o mesmo valor do original.

Brasília/DF, de fevereiro de 2007.

LENILDO DIAS DE MORAIS

Diretor de Recursos Logísticos da Presidência da República

CONTRATADA

ANEXO I

CONTRATO N° /2007

PREGÃO N° 006/2007

PROCESSO N° 00040.001353/2006-54

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

Aquisição com instalação de cofres climatizados para *hardware* com sistema de monitoramento remoto e cofres para mídias e documentos, a fim de atender as necessidades do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC).

2. JUSTIFICATIVA:

Os equipamentos solicitados irão compor um Ambiente Seguro, que terá a finalidade de abrigar recursos computacionais, mídias e documentos necessários ao funcionamento do Sistema de Segurança e Credenciamento (SISC), de pessoas e empresas, no trato de assuntos, documentos e tecnologia sigilosos, competência do DSIC de acordo com o descrito no Decreto nº. 5.772, de 8 de maio de 2006.

Desta forma esse Ambiente Seguro, com os seus equipamentos e sistemas de proteção e monitoramento, deverá prover proteção contra incêndio, água, fumaça, gases, magnetismo, poeira, furto, roubo, explosão, falta de climatização, acesso indevido (intrusão), queda de energia e vandalismo aos recursos computacionais, dados em mídias e documentos armazenados do SISC, em conformidade com normas de segurança ABNT.

Tal necessidade de proteção decorre de exigências contidas em tratados, acordos e atos, nacionais e internacionais, relacionados à Segurança da Informação e Comunicações de interesse do Governo Brasileiro.

REFERÊNCIAS:

- **Norma NBR 17799** – Código de Prática de Gestão da Segurança da Informação;
- **Norma NBR 15247** – Unidades de Armazenagem Segura – Salas-Cofre e Cofres para Hardware – Classificação e métodos de ensaio de resistência ao fogo;
- **Norma NBR 11515** – Critérios de segurança física relativos ao armazenamento de dados;
- **Norma ANSI/TIA/EIA-310D** - *Racks, Panels, and Associated Equipment*.

3. DETALHAMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS:

3.1 Cofre climatizado para *hardware* com sistema de monitoramento remoto

Cofre modular para armazenamento de servidores e equipamentos de rede com portas frontal e traseira de acesso aos equipamentos, sistema de refrigeração independente e redundante e sistema de monitoramento e alarme de condições ambientais. Tem por finalidade prover

proteção, em conformidade com a Norma NBR 17799, aos recursos computacionais do SISC contra: Água, fumaça, gases corrosivos, poeira, magnetismo, furto, roubo, falta de climatização, acesso indevido (intrusão), vandalismo, arrombamento e fogo por 60 (sessenta) minutos, conforme o descrito para a classe de proteção C 60 D segundo a Norma NBR 15247.

Deve ter construção modular de forma a possibilitar ampliação e desmontagem para transporte. A porta de acesso (frontal) deve ser dotada de fecho eletrônico que possibilite a instalação de sistema de controle de acesso eletrônico, com alternativa de acionamento (*by-pass*) mecânico através de chave. Deve possuir passagem de cabos cuja composição garanta a vedação dos elementos de infra-estrutura (cabos e tubulações) e permita o remanejamento de cabos sempre que necessário.

Deve ser dotado de uma estrutura tipo *Rack* autoportante de 19 (dezenove) polegadas com dois planos (frontal e traseiro) para suporte e fixação dos equipamentos, compatível com a norma ANSI/TIA/EIA-310D, com altura de, pelo menos, 42 (quarenta e dois) U e profundidade de, pelo menos, 34 (trinta e quatro) polegadas (padrão 29HE).

O Sistema de climatização (ar condicionado) tem por finalidade manter a temperatura no interior do cofre em níveis operacionais --- 25 (vinte e cinco) C, com oscilações máximas de 5 (cinco) C --- para os recursos computacionais armazenados no cofre. Deve ser redundante (1+1), tipo *split outdoor*, ter capacidade de refrigeração de, pelo menos, 17.500 (dezessete mil e quinhentos) Btu/h ou 5 (cinco) kW e ser composto por unidades evaporadoras internas ao cofre para *hardware* e condensadoras externas ao Ambiente, interligadas por tubulação isolada termicamente com distância máxima de 10 (dez) metros entre as unidades.

O Sistema de monitoramento remoto (via rede de dados IP) e de alarme de condições ambientais do cofre tem por finalidade monitorar e detectar condições ambientais que possam colocar em risco a integridade dos recursos computacionais armazenados ou afetar de forma negativa a operação dos sistemas e alertar os administradores do sistema quando tais condições ocorrerem.

Deve permitir o monitoramento do cofre à distância, pela transmissão de valores e alarmes, bem como a sua configuração e geração de relatórios através de uma estação de trabalho (não inclusa). O *software* de gerenciamento, se necessário, deverá ser fornecido junto com o sistema e ser compatível com a plataforma *IBM/PC – MS Windows*.

Este sistema deve: Aceitar a instalação de sensores de diversos tipos, sendo fornecido com, pelo menos, sensores (entradas analógicas) de temperatura e umidade e detectores (entradas digitais) de presença, incêndio ou fumaça, água, estado da porta e queda de energia elétrica, com possibilidade de ampliação através de entradas de sensoriamento digital e analógico; Ser capaz de funcionar ininterruptamente (24x7).

3.2 Cofre para mídias e documentos

Cofre para guarda e proteção de mídias e documentos, mobiliado com prateleiras e gavetas internas, com capacidade interna de armazenamento de, pelo menos, 550 (quinhentos e cinquenta) litros.

Deve prover proteção aos documentos e dados em mídia armazenados contra água, fumaça, gases, magnetismo, poeira, furto, roubo, explosão, acesso indevido (intrusão), vandalismo, arrombamento e fogo por, pelo menos, 60 (sessenta) minutos, conforme o descrito para a classe de proteção C 60 D segundo a Norma NBR 15247.

Sua porta de acesso (frontal) deve ser dotada de fecho eletrônico que possibilite a instalação de sistema de controle de acesso eletrônico, com alternativa de acionamento (by-pass) mecânico através de chave.

4. LOCAL E PRAZOS

4.1 Os materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações deste Termo de Referência no almoxarifado da Coordenação de Patrimônio e Suprimento, situada na Avenida N-2 Norte, Palácio do Planalto, Brasília, DF.

4.2 O prazo para entrega dos equipamentos é de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de assinatura do contrato ou efetivação do pedido. Na ocasião da entrega dos equipamentos será realizado o recebimento provisório.

4.3 A partir da data do recebimento provisório, a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizar os serviços de instalação e integração dos equipamentos adquiridos à infra-estrutura existente, conforme especificado neste Termo.

4.4 A partir da data da entrega dos equipamentos devidamente instalados, haverá um período de testes de aceitação de até 30 (trinta) dias, no qual a contratante realizará testes e inspeções de conformidade visando o recebimento definitivo dos equipamentos e serviços citados neste Termo.

5. VALOR ESTIMADO:

5.1 O custo estimado dos equipamentos, conforme as Especificações Técnicas, está descrito na Tabela 1.

Item	Especificação	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Cofre climatizado para <i>hardware</i> com sistema de monitoramento remoto	02 (dois)	202.900,00	405.800,00
2	Cofre para mídias e documentos	02 (dois)	59.114,00	118.228,00
	Total			524.028,00

5.2 O valor total estimado da aquisição é de R\$ 524.028,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e vinte e oito reais).

6. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

6.1 Habilitação Técnica

O licitante deverá fornecer comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado no qual se comprove o fornecimento de bens ou a execução obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos constantes do objeto deste Termo.

6.2 Instalação

A contratada deverá realizar a instalação dos equipamentos e sistemas fornecidos, de acordo com as orientações da contratante, integrando-os à infra-estrutura existente. Ao término da instalação, a contratada deverá entregar todos os manuais, guias, outras documentações e *softwares* referentes aos equipamentos e sistemas fornecidos.

6.3 Treinamento

A contratada deverá realizar treinamento com fornecimento de material didático, da utilização dos equipamentos em seu local de instalação para até 04 (quatro) servidores indicados pela contratante, durante o período de realização dos testes de aceitação, sem ônus para a contratante.

6.4 Garantia e Suporte Técnico

A garantia cobrirá a reposição de material e mão de obra pelo não inferior a 12 (doze) meses contados a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus para a contratante.

O suporte técnico compreenderá a manutenção preventiva, corretiva e assistência ao usuário pelo prazo não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo sem ônus para a contratante.

No caso de necessidade de manutenção preventiva, o término do reparo não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir da comunicação do defeito. Caso contrário deverá ser providenciado imediatamente, pela Contratada, a substituição por equipamento ou sistema equivalente que permita ao SISC a continuação dos seus trabalhos com o mesmo grau de funcionalidade. Tal substituição deverá ter caráter temporário e ser desfeita logo após o término do reparo, salvo acordo explícito entre as partes, que deverá ser devidamente documentado.

6.6 Garantia Técnica

A contratada deverá manter condições de fornecer equipamentos adicionais com as mesmas características técnicas e compatíveis com os já fornecidos, e suas possíveis atualizações técnicas, mediante solicitação da contratante, por um prazo não inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data do recebimento definitivo.

7. RESPONSABILIDADES:

Além das responsabilidades resultantes do contrato, e da legislação aplicável:

7.1 Caberá à Contratada:

- a. Responder por danos causados diretamente à Secretaria de Administração da PR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços e ou reparos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da Secretaria de Administração da Presidência da República;
- b. Zelar pela perfeita execução da garantia, suporte técnico e garantia técnica durante os prazos de vigência estabelecidos;
- c. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;
- d. Prestar informações técnicas sobre o funcionamento dos equipamentos e sistemas fornecidos;
- e. Não veicular qualquer forma de publicidade sobre o fornecimento de equipamentos e sistemas à Presidência da República.

7.2 Caberá à contratante:

- a. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- b. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- c. Prestar o apoio de engenharia local para o esclarecimento de detalhes técnicos necessários à instalação dos equipamentos e sistemas;
- d. Documentar as ocorrências havidas.

Brasília, 03 de janeiro de 2007.

RAPHAEL MANDARINO JUNIOR
Diretor do Departamento de Segurança da
Informação e Comunicações